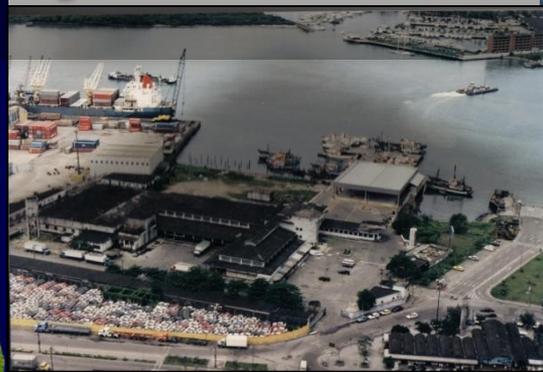


3ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE AQUICULTURA E PESCA

**CONSOLIDAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE ESTADO PARA O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AQUICULTURA E PESCA.**

Balanco Geral



Novembro, 2003

1ª Conferência Nacional de Aqüicultura e Pesca



I Encontro Nacional das Trabalhadoras da Pesca e Aqüicultura

Memória

Contra a separação das desigualdades sociais

Dezembro, 2004



2ª Conferência Nacional de Aqüicultura e Pesca

CTE/CNTI BR 040 Sentido Brasília/Luziânia
Entrada no km 9,5
Setor de Chácaras Marajoara, s/n
Fazenda Taveira - posto Ipê
Luziânia - GO

AQUICULTURA E PESCA:
UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL PARA O BRASIL.

Março, 2006

2ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca

Secretaria Especial
de Aquicultura e Pesca

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL



2 mil participantes
entre delegados e
convidados

27 mil mobilizados no
país

520 Resoluções

Histórica construção
democrática da
Política de Aquicultura
e Pesca

Pesca Artesanal – Direitos sociais



Reconhecimento da mulher como profissional da pesca: Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e Pesca Lei nº 11.959/09: trabalhadora da atividade pesqueira – confecção e reparo de petrechos e processamento do produto.

Uso indevido da carteira: criado GTI Pescador Artesanal (MTE, MMA, IBAMA, MPS, Marinha, MPA) instalado em abril de 2009; Termo de Cooperação com Ministério da Previdência Social – acesso a cadastros institucionais (CNIS); Criada Comissão para apuração denúncias – já resultaram em 5.000 cancelamentos

Carteira gratuita: garantida – IN SEAP/PR nº 009/05

Pesca Artesanal – Direitos sociais



Seguro-defeso: dispensa o atestado de qualquer entidade; cartão magnético em implantação em todo o Brasil até final do ano, para otimizar acesso aos benefícios.



Habitação: Construídas 1180 RS, SC, em construção 550 RS, BA, em elaboração de projetos 6400 RS, SC, PR, BA, CE, AL, PE, PB.



Política de saúde: Projeto *Saberes da Águas* (MPA/MEC) oftalmologistas/óculos – BA; Proj. *Formação e Valorização do Pescador* oftalmologistas/óculos + curso de 40hs para saúde e segurança do pescador(a) para 8 estados



Pesca Artesanal – Gestão



Gestão descentralizada: Política Territorial da A&P; Plano Amazônia Sustentável de A&P; Territórios da Cidadania; Conferências de Aquicultura e Pesca; CONAPE; Acordos de Pesca, PLDMs, CIPARs, Comitês técnico-científicos e Unidades de Conservação – Reservas Extrativistas.

Formação: Pescando Letras (Brasil Alfabetizado) 100.000 pescadore(a)s alfabetizados + 20 mil/09; PROEJA – elevação escolaridade com qualificação profissional; Coordenação de Política de Form. Humana na Área de Pesca Marinha e Continental e Aquicultura Familiar (MEC) – 20 núcleos de pesquisa, 23 cursos técnicos em IFETs + 32 até 2010; apoio escolas de A&P no ES e SC; 363 capacitados e 150 em capacitação em carpintaria naval e reforma de embarcações – SC, PE.

Telecentros: 80 em instalação e 30 instalados com computadores novos, biblioteca Arca das Letras (MDA) e da Embrapa, projetor, máquina de fotos e impressora – capacitação e educação à distância.

Pesca Artesanal – Resolução de conflitos

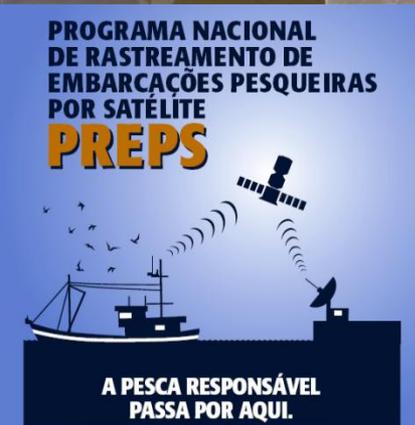


Atuação em Fóruns: Câmaras técnicas no CONAPE; Comitês de Gestão de recursos pesqueiros nacionais e internacionais; Fóruns da Política Territorial; Conselhos Estaduais de A&P; Realização de estudos e realização e divulgação de protocolos de boas práticas de conduta (carcinicultura); ordenamento participativo (PLDMs; Acordos de Pesca);

Dispositivo anti-arrasto: novos procedimentos possibilitam a instalação dos dispositivos que aguardavam desde 2006 - Publicação da IN nº 22/09 IBAMA

Fiscalização e Legislação Estadual – apesar dos avanços (TO) as restrições ao exercício da pesca profissional continuam em alguns estados, demandando maior empenho do MPA

Pesca Industrial – novas pescarias e controle



Sub-explotados, estudos e consolidação: Anchoíta no sul; Sardinha laje PB; Polvo NE, SE, S; Caranguejo real S; Caranguejo dourado NE; Calamar argentino no sul; Atuns e afins - frotas de médio porte em Itaipava/ES; tubarões oceânicos – espinhel/NE

Pesca 100m+: vagas cerco/arrasto NE

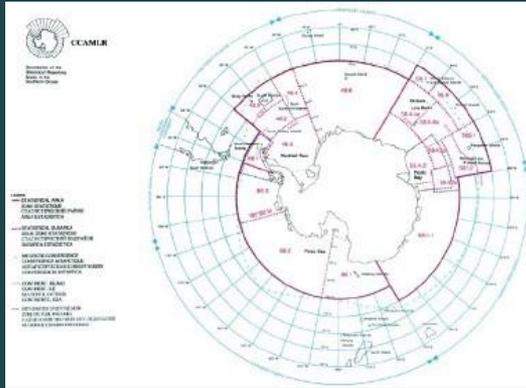
Atratores flutuantes: estudos e consolidação - bonito listrado SE/S; alternativa à lagosta/BA; 20 pontos no SE/S

PREPS: consolidado/07 – hoje 1.200 embarcações monitoradas em tempo real; frota lagosteira (10m+)/09 e pargueira/10; integração RGP/09 e Subvenção do óleo diesel/10

Pesca Industrial – internacional



ICCAT: Comissão Internacional para a Conservação dos Atuns do Atlântico Presidência é brasileira (2008/09); aumentou cotas brasileiras de espadarte - de 2.340 t (2002) para 4.365 t/06.



CCAMLR: Comissão para a Conservação dos Recursos Marinhos Vivos da Antártica – possibilidade com merluza negra

PLANACAP - redução captura incidental albatrozes e petréis - espinhel pelágico; proposição de Portaria ao MMA



Pesca Industrial – Pesquisa, marco legal - publicações



Pesquisa: petrechos novos para estoques sub-explorados e sobre-explorados; Instituto Tecnológico – 2010.

Lei do Registro temporário (RTB) – aguarda Decreto de regulamentação – casco nu.

IN SEAP/PR nº 17/07: Atualização arrendamento de embarcações estrangeiras:

IN SEAP/PR nº 22/08 – ordenamento da pesca multiespecífica- arrasto no talude (250-200m) S/SE Finalizando critérios para **camarão carabineiro** (500-1.000m)

Políticas segurança: normatização na segurança para novas embarcações.

Publicação e distribuição cartilha – Código de Conduta da Pesca Responsável: 2010

Aquicultura

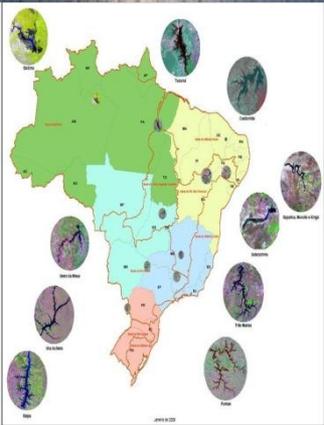


Unificação das Atribuições: Marcos regulatórios (Decreto N° 4.895/03 (possibilita a cessão); INI SEAP/MMA N° 06/04 (estabelece normas complementares para autorização de uso); INI. SEAP/MMA N° 07/05 (Diretrizes para implantação de parques e áreas aquícolas); criação do MPA Lei n° 11.958/09 e a Lei da Pesca e Aquicultura – Lei n° 11.959/09 INI n° 01/07 – procedimentos operacionais para autorização de uso, entre SEAP/PR e SPU/MPOG – espaços físicos;

Regulamentação do Licenciamento: Articulação com ABEMA para unificar procedimentos ambientais nos estados; Res. CONAMA N° 413/09 – define classes de empreendimento/necessidade de licenciamento ambiental e simplifica o licenciamento para aquicultura;

Espécies exóticas: MPA participa GTI Introdução, Reintrodução e Translocação de Espécies Exóticas em Ambientes Aquáticos - CONAMA

Aquicultura



Parques Aquícolas: Em instalação em 13 estados, com potencial de 550.000 t/ano – licitações não onerosas para famílias com renda de até 5 salários mínimos; Acordos de Cooperação Técnica assinados com Furnas Centrais Elétricas para Manso/MT e Lajeado/TO; Eletronorte – Tucuruí/PA edital nacional a ser lançado para monitoramento dos Parques Aquícolas

Parques e Áreas e licitados

5316 – 98,87% – Não onerosas

61- 1,13% – onerosas

Itaipu-PR, Castanhão-CE, Jatoba-PE, Tucuruí-PA, Ilha Solteira – MS/SP, Furnas-MG, Três Marias-MG, Serra da Mesa-GO e em áreas marinhas PE e SP

Aquicultura



Cultivo de ornamentais: Iniciativas localizadas (MG, GO, PR) – Fórum Nacional programado 2010

Políticas para espécies nativas: Repovoamento em discussão entre MMA e MPA; Programa de Desenvolvimento da Aquicultura com espécies amazônicas projeto jundiá amazônico, projeto pirarucu e projetos com espécies do Pantanal (pintado e pacu)

Projeto Aquabrazil – aquicultura e pesca como diretriz da Embrapa

SINAU – Sistema Nacional de Informação das Autorizações de Uso das Águas de Domínio da União – desde 2003 registra, monitora e controla projetos de aquicultura.

Censo Aquícola – inédito- levantamento de dados de produção e número de produtores. Integrando um banco de dados com o SINAU/RGP

Maricultura



PLDMs: Planos Locais de Desenvolvimento da Maricultura – IN nº11/08 - roteiro para elaboração dos PLDMS – 13 estados em andamento – MA, PA, CE, ES, RN, SE, BA, SP, PR, PE, RJ, RS e só SC: 119.308 t/ano – outros estados iniciarão estudos.

Desenvolvimento da Maricultura com espécies nativas: laboratórios de peixes marinhos nativos na BA e SP; laboratório de sementes de vieiras em RJ; laboratórios de pesquisa em SC, CE, PE e MA; UDs SC, BA, SP, RN, PB e RJ; desenvolvimento da cadeia de cultivo, processamento e comercialização de algas nativas – projeto Desenvolvimento de Comunidades Costeiras no CE, RN e PB; cultivo de beijupirá em 6 iniciativas no NE e SE, primeira despesca em novembro/09

Maricultura

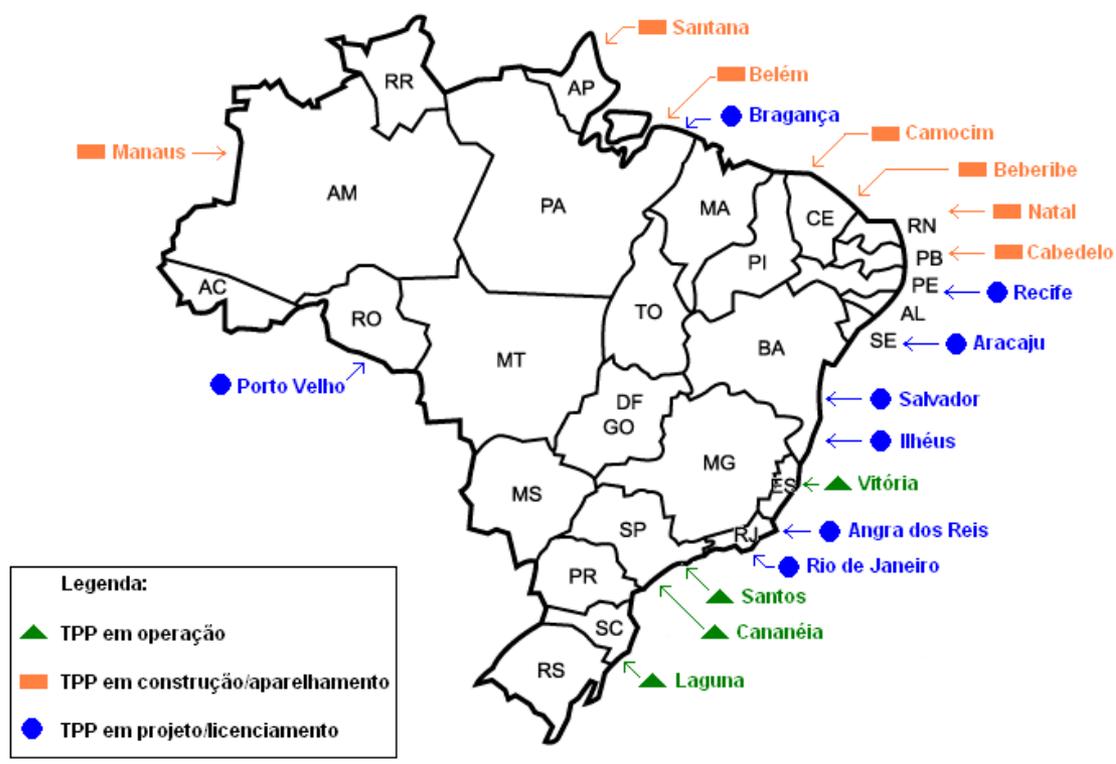


Tecnologia em moluscos: Programa Gente da Maré – parceria Governo Canadense – Envolve o extrativismo com perspectiva para o cultivo - Apoio a laboratório da UFSC para produção moluscos de areia (berbigão e outros); Projeto para fornecimento de sementes de ostras nativa BA, PE e RN; oficinas de capacitação e qualificação, para valorização profissional

Comitê Estadual de Controle Higiênico-sanitário de Moluscos Bivalves – CECMP – criar até fim do ano – primeiro em SC – software de rastreabilidade até maio 2010 (SC) e até 2011 (SP; PR; RJ).

Seminário Aquicultura Sustentável MPA e FAO: Aquicultura orgânica e multitrófica e diretrizes para certificação – desdobramentos MMA e MAPA

Infra-estrutura



TPPs: 20 TPPs - 4 operando; 7 construção e aparelhamento; 9 em licenciamento e licitação.

Licença ambiental: 2009 todos Termos de Referência de contratação de EIAs-RIMAs para SISNAMA

Outras Infra-estruturas: 13 CIPARs; Unidades de beneficiamento; 158 fábricas de gelo; 104 caminhões frigoríficos; trapiches, unidades de desembarque, frigoríficos, 63 projetos de pequenos empreendimentos (cozinhas comunitárias, estruturas de comercialização e manipulação de mariscos e acampamentos de pescadores)

Comercialização



Semana do Peixe – 6ª Edição – crescimento anual de 25% nas vendas – Boas práticas de consumo e parceira com ANVISA, Ministério da Saúde, ABRAS (Associação Brasileira de Supermercados) e ABRASEL (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes).



Venda direta: 360 novos kits Feira do Peixe; ABRAS insere produtos artesanais em redes de supermercados locais e regionais; ABRASEL produtos frescos em bares e restaurantes; MPA integra GTI Alimentação Escolar e CONAB através do PAA atende mais de 5 mil pescadores e aquicultores familiares em vários estados;

Comercialização



Convênio com CEAGESP – MPA ampliou e reformou a maior central de comércio de pescado da América latina – Frigorífico São Paulo – comercializa 250 t/dia em 70 empresas permissionárias

Outros Exemplos - CEASA de Brasília – Fabrica de Gelo e estrutura de comercialização de pescado; Entrepasto e terminais pesqueiros com locais de comercialização.

Crédito



Profrota – Financiamento para modernização da frota oceânica nacional, adotando critérios de sustentabilidade, segurança, qualidade e ordenamento - 2005/09 – 54 projetos aprovados e 09 embarcações contratadas (≈ R\$ 22 mi)

PRONAF – Diversas linhas atendendo a pesca artesanal e aquicultura familiar com total de 2003 a 2009 de R\$ 1,016 bilhões em operações efetivadas.

PRONAF Mais Alimentos ampliando em 2009 para aquicultura familiar e pesca artesanal – até R\$100.000,00 por tomador para investimento

MODERAGRO – Inclusão de pescadores e aquicultores para investimento em modernização de embarcações, construção, manutenção e conservação de infra-estruturas.

Alteração no Manual de Credito Rural – Inclusão de capital de custeio para pesca e aquicultura.

Renegociação de dívidas do setor rural pela Lei 11.775/09;

Subvenção Econômica ao Óleo Diesel



Programa cresce: 2002 – 1.724 embarcações (23 milhões litros) em 2008 – 2.320 embarcações (123.412.728 litros)

Harmonização dos instrumentos de gestão: (RGP, PREPS, Sistema de Subvenção ao Abastecimento do Diesel Pesqueiro) para desburocratizar e permitir acesso mais democrático;

Atendimento da pesca artesanal: iniciativas em alguns estados (RJ), com necessidade de ampliação. Através de emendas parlamentares, adquiridos 20 módulos flutuantes de abastecimento para AM (14 unidades), PA (5 unidades) e RN (1 unidade). Para RN e AM, processos de entrega sendo providenciados e para o estado do PA o edital já foi publicado.

Pesquisa

Redes de Pesquisa apoiadas: Aquabrazil (Universidades, setor, Embrapa e MPA – aquicultura/08), RENIMP (Rede de Identificação Molecular do Pescado – UFRJ, UFPA, MCT, CNPq e MPA/09) RIPA (Rede de Inovação e Prospeção Tecnológica – A&P prioritárias – MCT/05), REPAQ (Rede de Pesquisa em Aquicultura – MPA/FINEP – concluído/05), Rede de Caracterização da Ostra do Mangue (todo litoral – MPA, Universidades/05)

Editais de pesquisa com apoio MCT e CNPq desde 2003: 10 editais com 141 projetos apoiados com mais de R\$16 milhões em aquicultura, tecnologias sociais para comunidades tradicionais e povos indígenas, biodiesel a partir de microalgas, 2 editais específicos para a Amazônia

Centros regionais de pesquisa apoiados: Centro de Estudos Costeiros, Limnológicos e Marinhos (CECLIMAR – UFRGS); Centro Tecnológico do Camarão e do Centro de Saúde em Aquicultura da UFRN com CODEVASF (SE); Laboratório de Processamento de Pescado – UFC; Unidade de Pesquisa e Demonstração Tecnológica em Aquicultura – UFMG; Laboratórios de sanidade e de piscicultura marinha da UFSC.

Ordenamento, controle e estatística

Gestão descentralizada: Comitês de Gestão em funcionamento (lagosta, sardinha, demersais de profundidade e atuns e afins) e na gestão de ecossistemas (Lagoa dos Patos/RS, Bacia Amazônica, Baía de Ilha Grande/RJ) englobando sociedade civil, academia e gestores públicos.

RGP: registro de canoas previsto no novo modelo de permissionamento 2010; **sistema de RGP** sendo desenvolvido pela UNIVALI para dar maior agilidade e transparência no registro e permissionamento de embarcações, armadores e indústrias em 2009 e para a aquicultura e demais categorias em 2010;

Seguro Defeso: Garantido em todas as regiões que possuem defeso para reprodução de espécies continentais e marinhas, de 90.000 acessos em 2003 para 350.000 acessos em 2008/2009



Ordenamento, controle e estatística

Estatística: Desde 2007 MPA desenvolve Plano Nacional de Monitoramento da P&A – até fim 2010 celebra 30 convênios com parceiros para cobertura nacional; desenvolvimento do **SINPESQ** – Sistema Nacional de Informações da P&A - Assinado Termo de Cooperação com IBGE – MPA co-coordenador - integrando em banco de dados o sistema de coleta de dados de desembarque, mapa de bordo e observador de bordo e científico. Na Aquicultura realiza-se o **1º Censo Aquícola Nacional**

Sistema de Mapas de Bordo sendo reestruturado com oficinas participativas para redefinição dos critérios

Implementado **Plano de Ordenamento da pesca da lagosta** para recomposição do estoque; Reavaliação de licenças de espécies controladas nos Planos de gestão ou recadastramento



Política internacional

Participação na Comissão da Pesca para o Atlântico Centro Ocidental e Caribe – **COPACO**, inclusive participando do Projeto Grande Ecossistema marinho do Caribe (CLME/GEF); **COPESCAL** – Comissão de Pesca Continental – sediamos a 11^o reunião em Manaus (set/09); **INFOPESCA** – Centro de Serviços de Informação e Assessoramento sobre Comercialização dos Produtos pesqueiros na América Latina e Caribe – projeto de comercialização de pescados de U\$ 3 mi na região amazônica (Peru, Colômbia e Brasil)

Parcerias internacionais: Acordos formais – Angola, China, Cuba, Moçambique, Noruega, Peru, Reino Unido e São Tomé e Príncipe. Cooperação Bilateral – Canada, Chile, Espanha, Guiana e Timor Leste

OMC: aguarda-se final da rodada de DOHA , mas há tendência de banimento dos subsídios para países desenvolvidos

Política ambiental para o desenvolvimento da A&P

Fiscalização: apoio – Repasse de Lanchas Patrulha de 11 metros e dois motores de 370hp, para a fiscalização de pescarias no sul, norte e no nordeste. O MPA, tem agora atribuição de fiscalização no âmbito de suas competências e a fiscalização ambiental é prerrogativa dos órgãos pertinentes.

Consultas Públicas para UCS: MPA mais presente para maior pactuação sócio-ambiental – caso de Cagarras/RJ, onde houve redefinição do restritivo projeto original para a disponibilização de área de uso direto por pescadores. A organização social dos trabalhadores da pesca e aquicultura é fundamental para reversão e reconfiguração de situações adversas à pesca.

Participação nas **compensações** da cadeia de óleo e gás e de hidrelétricas.

Plano Mais Pesca e Aquicultura

Lançado em agosto de 2008, consolida política de estado para o setor até 2011

R\$ 1,75 bi até 2011

Objetivo: Aumento da produção, alimento, renda e consumo; inclusão social; estruturação das cadeias produtivas; fortalecimento do mercado interno; política territorial; organização do setor

MAIS PESCA E Aqüicultura

Plano de Desenvolvimento Sustentável

Uma rede de ações para o fortalecimento do setor



MACROINDICADORES

| Macroindicador | Situação atual | Situação pretendida (2011) |
|-----------------------------------|----------------|----------------------------|
| Postos de trabalho | 3,5 milhões | 5 milhões |
| Consumo | 7 kg/hab/ano | 9 kg/hab/ano |
| Produção da pesca | 770.000 ton | 860.000 ton |
| Produção da aqüicultura | 280.000 ton | 570.000 ton |
| Produção total de pescado (anual) | 1.050.000 ton | 1.430.000 ton |

Política Territorial de A&P

174 Territórios da Pesca e da Aquicultura até 2011 - 60 territórios em 2009

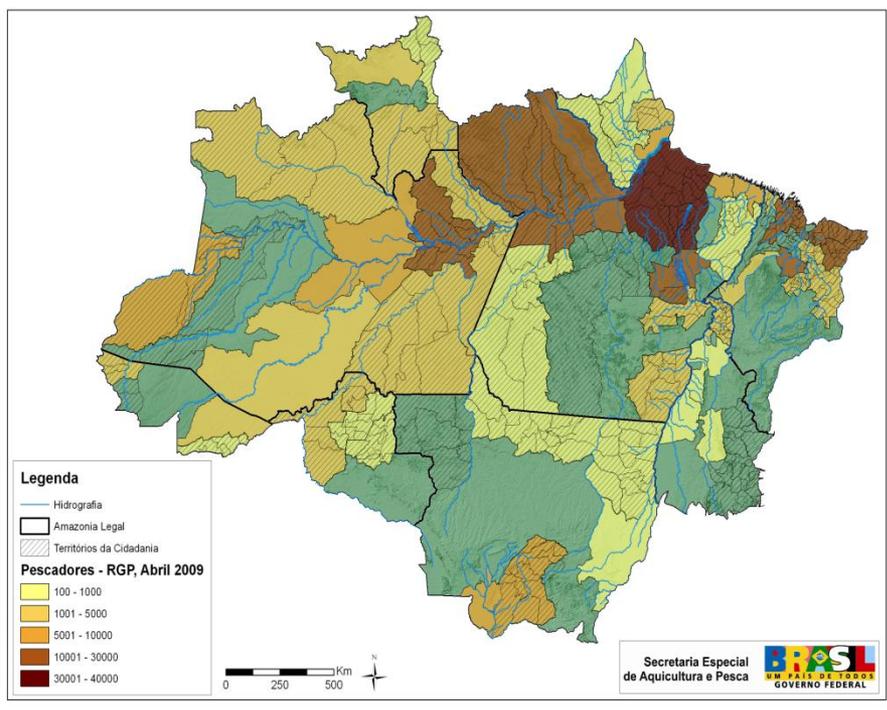
Política Integrada ao Programa Territórios da Cidadania e aos Territórios Rurais SDT/MDA; políticas territoriais dos estados

Crítérios para os Territórios: Nº de pescadores; investimentos acima de R\$ 300.000,00 (03/07); Parques Aquícolas; PLDMs; TPPs; CIPARs e gestão compartilhada

Superação da pobreza e desigualdades sociais junto às comunidades aquícolas e pesqueiras pelo aprimoramento das capacidades de autogestão dos interesses coletivos, favorecendo a inserção do segmento nas cadeias produtivas do setor e a gestão sustentável dos recursos aquícolas e pesqueiros através da sua participação em colegiados territoriais.

Plano Amazônia Sustentável da Aquicultura e Pesca

Desdobramento do PAS (MI/SAE) e em formulação participativa desde abril/09 – realizados 2 circuitos de oficinas participativas em todos estados da Amazônia Legal para estruturação de políticas integradas de Objetivos, Metas, Ações e indicadores, prevendo implantação, monitoramento e avaliação.
Lançamento em outubro/09



Produção e gestão sustentável de pescado – aquicultura e maricultura responsável e manejo pesqueiro (subsistência, comercial, ornamental e amadora) – **como alternativa à geração de proteína animal vinculada ao desmatamento, como a pecuária**; produção de rações alternativas (à matriz da soja e outras monoculturas de desmatamento) é um foco do trabalho; integração de políticas estaduais, nacionais e internacionais

Democratização e Transparência

Criação do MPA: A Lei 11.958/09, de 26 de junho de 2009, dispõe sobre a transformação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República em Ministério da Pesca e Aquicultura com superintendências em todos os estados; sendo uma das mais importantes resoluções da 2ª Conferencia alcançadas, trazendo benefícios para todos os setores.

Lei da Pesca e Aquicultura 11.959/09, de 29 de junho de 2009, Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca; tramitava a 14 anos no Congresso Nacional – atualiza definições, traz um capítulo específico para aqüicultura, caracteriza e divide a pesca em comercial – industrial e artesanal, pesca ornamental, amadora e de subsistência e define as atribuições de fiscalização, fomento e ordenamento pesqueiro e aquícola.

RECURSOS APLICADOS 2003 - 2009

| | |
|-----------------------|-----------------------------|
| PESCA ARTESANAL | R\$ 257.570.000,00 |
| PESCA INDUSTRIAL | R\$ 72.600.000,00 |
| AQUICULTURA | R\$ 102.450.000,00 |
| EQUALIZAÇÃO PROFROTA | R\$ 22.700.000,00 |
| SUBVENÇÃO OLEO DIESEL | R\$ 96.300.000,00 |
| PUBLICIDADE | R\$ 5.095.000,00 |
| OPERAÇÕES DE CREDITO | R\$ 1.016.408.000,00 |
| SEGURO DESEMPREGO | R\$ 2.511.155.000,00 |
| ADMINISTRATIVO | R\$ 166.071.000,00 |
| TOTAL GERAL | R\$ 4.250.400.000,00 |

Fonte: MPA-MTE-AGENTES FINANCEIROS

3ª CONFERENCIA NACIONAL DE AQUICULTURA E PESCA

- Dezenas de conferencias municipais e territoriais.
- 27 conferencias estaduais e a distrital
- Mais de 30.000 participantes
- 1041 emendas ao texto base
- 2000 delegados para Conferencia Nacional
- 500 convidados e observadores

AGORA É A HORA DE OUSAR MAIS, IR MAIS LONGE, APOSTAR NA CAPACIDADE QUE O SETOR PESQUEIRO E AQUÍCOLA TEM DE SER UM PROTAGONISTA NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, ECONOMICO E SUSTENTAVEL DO BRASIL

QUE ESTA CONFERENCIA SEJA O MARCO DEFINITIVO PARA A CONSOLIDAÇÃO DE UMA POLITICA DE ESTADO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA AQUICULTURA E PESCA NO BRASIL

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

WWW.PRESIDENCIA.GOV.BR/SEAP

61- 3218-3812

comunicacao@seap.gov.br